INTELECTUAIS AFRODIASPÓRICOS E A CIDADE: RUMO A UMA DECOLONIALIDADE À BRASILEIRA

Leo Name
Universidade Federal da Bahia | leonardo.name@ufba.br

Desde a década de 1990, o giro decolonial latino-americano, com maioria branca de intelectuais da América hispanófona, vem destacando a permanência da chamada "colonialidade do poder", um conjunto de práticas e discursos fundeados no colonialismo e na consequente invenção da ideia de "raça". Nessa lógica, a "branquitude" é a identidade civilizatória da ética capitalista, ainda nos dias de hoje com efeitos objetivos, subjetivos e intersubjetivos, desde a economia à produção do conhecimento (QUIJANO, 1992; 2000).

Nos últimos anos, porém, a popularização do léxico decolonial no Brasil vem gerando usos indevidos e excessivos de conceitos e classificações. Não raro chama-se de "colonialidade" qualquer opressão, sem considerar a "raça" como elemento estruturante, ou rotula-se intelectuais de "decoloniais" apenas por não terem pele branca, mesmo que suas trajetórias antecedam o termo (cf. NAME; SPYER, 2023). Outra questão é que, de escritos fundacionais ancorados em crítica literária, filosofia e sociologia, o giro decolonial tende a ignorar dimensões espaciais em torno da colonialidade (ESCOBAR; VERÍSSIMO, 2020; NAME, 2021). Também prioriza cosmologias indígenas, especialmente andinas, negligenciando dinâmicas afrodiaspóricas e o racismo antinegro de marcas profundas em países como o Brasil.

Esta Sessão Livre, de proponentes com diferentes vínculos com o grupo de pesquisa ¡DALE! (Decolonizar a América Latina e seus Espaços), pretende-se uma contribuição para "espacializar" e "enegrecer" o giro decolonial, inclusive para "abrasileirá-lo". Se a colonialidade, afinal, concretiza-se na ocupação e na exploração de espaços — traço definitivo da "colonialidade territorial" (FARRÉS-DELGADO, [2019] 2024) —, é essencial voltar seu debate tanto aos saberes espaciais quanto aos conflitos, às rotas de resistência e aos caminhos de emancipação de grupos afrodescendentes. Também é preciso destacar o papel de intelectuais negras e negros nas lutas anticoloniais.

Trazemos ao debate, então, Beatriz Nascimento, Édouard Glissant, Lélia Gonzalez e Luiz Rufino, que pensaram, a seu modo, as diásporas africanas na América Latina, no Caribe e no Brasil. Não classificamos tais intelectuais como "decoloniais": o único que assim se declara é Rufino e não haveria nada mais colonial — e racista — que dar a pessoas negras nomes que

não escolheram. Queremos, na verdade, destacar suas singularidades, poucas vezes debatidas por maiores expoentes do giro decolonial, para apontar suas contribuições a uma possível "decolonialidade à brasileira", por sua vez atenta ao espaço urbano.

Nossa rota pela diáspora africana e por entre algumas das teorizações a seu respeito se inicia no Caribe, com **Édouard Glissant e a Cidade Arquipelágica**, proposta de comunicação de Adriana Caúla. A pesquisadora da EAU-UFF debruça-se sobre o projeto poético e histórico do intelectual martinicano, que rompe com matrizes ocidentais a partir de conceitos como crioulização, identidade e opacidade; e que propõe o protagonismo do sujeito afrodiaspórico na criação de uma experiência cultural própria, ao mesmo tempo transpassada por fluxos e enraizada no território. Sua intenção é conectar Glissant a outras experiências coloniais e propor uma reflexão sobre a "cidade arquipelágica", entendida como utopia aberta.

O trajeto prossegue por circuitos entre a América Latina e a África, com **Lélia Gonzalez e a Cidade Amefricana**, proposição de Leo Name. O pesquisador do PPG-AU/FAUFBA sublinha a importância desta autora afro-brasileira, por ter destacado o papel da mulher negra na formação sociocultural brasileira, explicitado a contradição entre a pobreza e a violência que afetam afrodescendentes e o enunciado da "democracia racial" e, ainda, formulado a noção de "amefricanidade". Essa categoria político-cultural examina criticamente tanto o nefasto legado da formação colonial latino-americana quanto a resistência, baseada em solidariedade e criatividade, dos grupos negros que reinventaram a África nas Américas. Debatê-la, então, vem em auxílio à compreensão da cidade como unidade complexa e contraditória, produto do trabalho coletivo e marcada por resistências e reinvenções de legados étnico-raciais.

O passo seguinte chega a **Beatriz Nascimento e a Cidade sob o Prisma Racial da História**, assentando-se no Brasil e nas contribuições desta historiadora afro-brasileira aos estudos sobre a questão racial. Frank Andrew Davies, pesquisador do PPGEO-UERJ, assinala o destaque dado pela autora aos quilombos, compreendendo-os como sistemas sociais alternativos na formação do território e da identidade nacionais. Aponta, ainda, seu empenho em prover um lugar central à população negra na produção geo-histórica das cidades brasileiras e sua interpretação, revelando continuidades da experiência colonial — um legado epistemológico que permanece fundamental para a análise do urbano no país.

Nossa última parada é no Rio de Janeiro. **Luiz Rufino e a Cidade ~~Maravilhosa~~: A Encruzilhada e o Resgate da Ancestralidade Afrodiaspórica** é a proposta de Amaro Sérgio Marques para encerrar a Sessão Livre. Partindo da recente obra de tal intelectual carioca, orientada ao papel das religiões de matriz africana no urbano e às encruzilhadas como símbolos de resistência e encontros sagrados, o pesquisador do PPGArq/PUC-Rio aborda a produção de territorialidades negras como contraponto à gentrificação e à violência. Destaca, especificamente, um trecho da Pequena África e o Santuário de Seu Zé, na Lapa, como territorialidades da capital fluminense que fazem resistência à colonialidade e valorizam a ancestralidade afrodescendente. A partir desse resgate, aponta a necessidade de descolonizar os espaços urbanos a partir dos ensinamentos da diáspora africana.

ÉDOUARD GLISSANT E A CIDADE ARQUIPELÁGICA

Adriana Caúla
Universidade Federal Fluminense | adriana_caula@id.uff.br

Figura. Diagrama reproduzido pela autora a partir da elaboração apresentada por Löic Céry no site oficial de Edouard Glissant (http://www.edouardglissant.fr).

Édouard Glissant (1928-2011), escritor e filósofo nascido na Martinica, foi o quinto filho de uma família modesta. Seu pai só o reconheceu após a sua aprovação no prestigioso Liceu Shoelcher de Fort-de-France, onde a elite martinicana era formada. Sua educação rigorosa seguiu a autoridade colonial e seu contato esporádico com o pai e as escapadas junto a ele, intendente das *plantations*, o expôs à realidade colonial antilhana e à multiplicidade de suas paisagens. Foi no liceu que Glissant encontrou o filósofo Aimé Césaire, professor que apresentou o surrealismo e a negritude aos alunos, inspirando-o em sua luta pela liberdade e contra o colonialismo. Em 1946, conheceu o poeta haitiano René Depestre, com quem compartilhou ideais de libertação e o reconhecimento das nações negras. Em 1948, partiu para a França, onde estudou na Sorbonne e se aproximou de outros intelectuais antilhanos, em especial Franz Fanon. Durante a década de 1950 inseriu-se na vida intelectual parisiense, publicou suas primeiras obras e envolveu-se com o movimento anticolonial. Em 1958, foi agraciado com o Prix Renaudot pelo inovador romance *La Lézarde*, que expressava a luta anticolonial e sua fidelidade à sua terra natal. Retornou à Martinica, em 1965, e, em 1967, fundou o Instituto Martiniquenho de Estudos, com o objetivo de proporcionar uma educação situada a partir da realidade histórica, geográfica e cultural da região (cf. CÉRY, s.d.). Dentre suas obras mais importantes estão *Un camp d'îles* (1953), *Soleil de la Conscience* (1956),

Monsieur Toussaint (1961), *Le Discours Antillais* (1981) e, do conjunto traduzido ao português, *Poética da Relação* ([1990] 2021) e *Tratado do Todo-Mundo* ([1999] 2024).

O intelectual foi tornando-se, assim, um importante pensador da diáspora, que elaborou um impactante projeto poético e histórico para refletir sobre os efeitos da colonização a partir de conceitos como crioulização, identidade e opacidade, entre outros — liberando-se das matrizes conceituais do Ocidente e abrindo espaço para que o protagonismo do sujeito afrodiaspórico criasse a sua própria experiência estética e cultural. O poeta filósofo fez do Caribe um lugar privilegiado que nos permite pensar o que poderia ser uma *cidade arquipelágica*, marcada por suas múltiplas narrativas, histórias e culturas vinculadas ao processo de colonização.

Esta comunicação visa a estabelecer conexões da obra de Glissant com outras experiências coloniais. O objetivo é problematizar a realidade contemporânea, propondo uma reflexão poético-filosófica sobre a cidade e, por meio da apropriação das metáforas e conceitos presentes na obra de Glissant, delinear o que poderia vir a ser uma *cidade arquipelágica*, à luz de sua ideia de utopia — aberta, indeterminada, imprevisível e impermanente.

LÉLIA GONZALEZ E A CIDADE AMEFRICANA

Leo Name
Universidade Federal da Bahia | leonardo.name@ufba.br

Lélia Gonzalez, penúltima de dezoito filhos de mãe indígena e pai negro, nasceu em 1935, em Belo Horizonte, mas se entendia carioca devido a ter migrado com a família para o Rio de Janeiro em 1942. Trabalhou como babá ainda criança, formou-se no Colégio Pedro II, graduou-se em Filosofia, História e Geografia na UERJ, cursando mestrado em Comunicação na UFRJ e doutorado em Antropologia na USP. Em 1976, criou o primeiro curso de Cultura Negra no Brasil, no Parque Lage, e, dois anos depois, passou a lecionar na PUC-Rio, onde se tornou chefe do Departamento de Sociologia em 1994, ano de sua morte precoce. Nos anos oitenta, em plena Ditadura Militar, atuou no Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, fundou o Movimento Negro Unificado e o Coletivo Nzinga, candidatou-se a deputada estadual e federal e integrou o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres. Também criou enredos carnavalescos e foi jurada de concursos de beleza negra.

Ao longo de sua obra, Gonzalez assinalou o contrassenso entre a pobreza, o subemprego e a violência que afetam a população afrodescendente no Brasil e a naturalização do mito da democracia racial, tratado como traço distintivo de um país cordial. Além disso, destacou o papel essencial, mas frequentemente apagado, da mulher negra na africanização da cultura. Propôs, nessa direção, a "amefricanidade" como categoria político-cultural que criticamente esquadrinha a formação colonial latino-americana, particularmente a brasileira. Se por um lado a amefricanidade destaca a opressão do colonialismo, por outro valoriza a solidariedade e a imaginação de grupos negros, em diálogo com matrizes europeias e indígenas. Gonzalez, assim, rejeitou tanto a narrativa sobre a aculturação europeia, afirmando um Brasil marcado

pela diáspora transatlântica, quanto postulados mais radicalmente afrocêntricos, pontuando que grupos de matriz africana não simplesmente replicaram a África nas Américas, mas em verdade a reinventaram (GONZALEZ, [1982] 2020a; [1983] 2020b; [1988] 2020c).

A comunicação pretende demonstrar que, interpretada sob a ótica da produção do espaço urbano, a obra de Gonzalez nos auxilia a compreender a cidade como: (1) unidade geo-histórica complexa e contraditória, resultante tanto da negação quanto do festejo da diferença, marcada pelos legados do colonialismo e suas disjunções nefastas, mas também por interações de resistência, sobrevivência e imaginação; (2) produto do trabalho coletivo, incluindo tanto a exploração hegemônica quanto práticas cotidianas de grupos minoritários, influenciadas por classe, etnia, raça, lugar e gênero; (3) conjunto de modos de produção e ocupação do espaço, onde esses grupos reinterpretam, recombinam e reinventam cotidianamente heranças de matrizes europeias africanas e ameríndias.

BEATRIZ NASCIMENTO E A CIDADE SOB O PRISMA RACIAL DA HISTÓRIA

Frank Andrew Davies
Universidade do Estado do Rio de Janeiro | frank.davies@uerj.br

Mulher negra, nascida em 1942 em Aracaju, no Nordeste brasileiro, Beatriz Nascimento e sua família de dez irmãos participaram da urbanização do Rio de Janeiro no século XX, marcada por fluxos migratórios que deram forma às margens da cidade. Ao chegarem, os Nascimento se fixaram no subúrbio ferroviário de Cordovil, quando Beatriz tinha apenas 8 anos. Em 1968, aos 26, iniciou a graduação em História, em momento de aumento da repressão por parte da ditadura civil-militar, iniciada quatro anos antes e que duraria por mais dezesseis.

Apesar do contexto adverso e uma trajetória acadêmica atribulada, Nascimento foi importante colaboradora dos estudos da questão racial no Brasil, em especial dos temas dos quilombos para a formação do território, da cultura e da identidade do país, vistos sob o prisma racial. "Por uma história do homem negro", de 1974, revela uma pesquisadora em defesa de seu tema, o que Alex Ratts entendeu fazer da autora "uma historiadora negra, [...] vinculada diretamente ao chamado 'objeto de estudo'" (RATTS, 2005, p. 50) .

Com esses e outros trabalhos (NASCIMENTO, 2006; 2021), Nascimento se inscreve em um debate acumulado ao menos desde os anos de 1950, quando Clóvis Moura publica *Rebeliões da Senzala* (1959) e um conjunto de estudos financiados pela UNESCO formula críticas à tese da "democracia racial". Endossando essa perspectiva, Beatriz e Clóvis, junto a Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez, entre outros, privilegiam o lugar do negro em seus trabalhos, ressaltando o caráter político e simbólico dos quilombos como sistemas sociais alternativos.

Apesar de tais contribuições, a posição institucional da maioria desses pesquisadores e a recepção de seus escritos revelam de modo explícito a condição inferiorizada em que foram considerados em vida e depois disso, ainda por algumas décadas. Como professora da rede

estadual de ensino e militante de movimentos sociais, Beatriz seguiu até a morte, em 1995, contribuindo com discussões que têm orientado e inspirado pesquisas sobre o urbano brasileiro. Em particular, sua obra contribui para análises em torno da presença negra nas cidades, tomando a história e a vida social desses espaços de modo original e revelador das continuidades frente à experiência colonial.

LUIZ RUFINO E A CIDADE ~~MARAVILHOSA~~: A ENCRUZILHADA E O RESGATE DA ANCESTRALIDADE AFRODIASPÓRICA

Amaro Sérgio Marques
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro | amaro@puc-rio.br

Essa comunicação tem como objetivo analisar — mesmo que de forma parcial — aspectos da discussão realizada pelo intelectual Luiz Rufino e uma possível interface com a cidade do Rio de Janeiro, onde ele nasceu. Assim, pretendo trazer aspectos da produção do território e das territorialidades negras, bem como a colaboração de Rufino sobre aspectos da descolonização — a partir de uma perspectiva decolonial. Assim, pretendo posicionar a dinâmica de gentrificação/apagamento/violência da cidade maravilhosa do Rio de Janeiro (branca, heterossexual, colonial, racista e hegemônica) em oposição às re-existências por parte da comunidade negra em diáspora, em seus territórios em disputa. Faço a opção por um recorte espacial, trazendo uma análise de trecho da Pequena África e da Lapa, a partir do Santuário de Seu Zé. A Pequena África pertence ao Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana e vem se posicionando socioculturalmente como espaço de resistência ao recuperar — através do patrimônio cultural (material e imaterial) — a ancestralidade afrodescendente que a marcou em tempos coloniais. Também o Santuário de Seu Zé consiste em uma territorialidade negra que faz alusão à religião de terreiro.

Tal qual Luiz Rufino, procuro, a partir do resgate das religiões de matrizes africanas, apontar a presença das entidades e sua relação com a rua, com o bairro e com a cidade. Para Rufino, é importante pensar a cidade e seus processos de resistência a partir do espaço, propriamente do encontro de vias — que ele chama de encruzilhada. Não sem motivo, é na encruzilhada que as oferendas aos orixás das religiões de matriz africana são depositadas. Oferendas específicas, já que cada orixá teria suas preferências, e o fiel, nesse ato — na encruzilhada —, cumpre sua obrigação com essa divindade.

Tais processos se esmiúçam mediante uma revisão de literatura, e a partir do livro *Pedagogia das Encruzilhadas* (2019), de Luiz Rufino. A visão crítica destes movimentos modernizadores permite evidenciar o contraponto decolonial das atividades tradicionais que vêm ocorrendo na cidade maravilhosa. Assim, vislumbramos as ameaças e as oportunidades que atravessam a cidade negra, bem como as ações dos diversos sujeitos que produzem tal espaço. Rufino ainda aponta a necessidade premente de descolonizar a sociedade brasileira, trazendo os ensinamentos da ancestralidade africana — em diáspora — como um ato revolucionário de combate ao colonialismo tão presente na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro. Assim, a partir

da busca pelo sagrado e o papel dos orixás e da dinâmica dos sujeitos na rua — no cotidiano da cidade e na encruzilhada —, Rufino traz luz sobre uma cidade que precisa sair dos escombros do colonialismo.

REFERÊNCIAS

CÉRY, L. Biographie Édouard Glissant. In: **Édouard Glissant.** Une Pensée Archipélique. Site officiel d'Edouard Glissant. Disponível em: http://www.edouardglissant.fr. S.l.: s.n., s.d. (consultado em 10/11/2024).

ESCOBAR, A. VERÍSSIMO, C. Projeto/ar como a Cura da Vida. **Redobra**, v. 6, n. 15, p. 51-58, 2020.

FARRÉS-DELGADO, Y. Dialogar com Quijano: A Colonialidade como Categoria para Compreender o Ambiente Construído no Sistema-Mundo Moderno/Colonial. **Laje**, v. 3, n. 1, p. 332-351, (2019) 2024.

GLISSANT, É. **Poética da Relação.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, (1990) 2021.

GLISSANT, É. **Tratado do Todo-Mundo**. São Paulo: n-1, (1999) 2024.

GONZALEZ, L. A Mulher Negra na Sociedade Brasileira: Uma Abordagem Político-econômica. In: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). **Por um Feminismo Afro-latino-americano.** Rio de Janeiro: Zahar, (1982) 2020a, p. 49-64.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). **Por um Feminismo Afro-latino-americano.** Rio de Janeiro: Zahar, (1983) 2020b, p. 75-93.

GONZALEZ, L. A Categoria Político-cultural de Amefricanidade. In: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). **Por um Feminismo Afro-latino-americano.** Rio de Janeiro: Zahar, (1988) 2020c, p. 127-138.

NAME, L. Analítica da Colonialidade e da Decolonialidade: Algumas Dimensões Espaciais Básicas em Arquitetura. **PosFAUUSP**, v. 28, n. 52, e168263, 2021.

NAME, L.; SPYER, T. Apresentação da Revista Laje: Ou Quando um Grupo de Pesquisa Decide Tomar as Rédeas de sua Própria Produção de Conhecimento. **Laje**, v. 1, n. 1, p. 9-23, 2022.

NASCIMENTO, B. O Conceito de Quilombo e a Resistência Cultural Negra. In: RATTS, A.; NASCIMENTO, B. **Eu Sou Atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, 2006.

NASCIMENTO, B. **Uma História Feita por Mãos Negras:** Relações Raciais, Quilombos e Movimentos. RATTS A. (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Perú Indígena**, v. 13, p. 11-29, 1992.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.) **La Colonialidad del Saber:** Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 201-246.

RATTS, A. A Trajetória Intelectual Ativista de Beatriz Nascimento. **Revista Eparrei**, n. 8., 2005, p.49-51.

RUFINO, L. **Pedagogia das Encruzilhadas.** Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.